

CÂMARA MUNICIPAL
DA
COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 12/2013

Da reunião ordinária pública realizada no dia 03 de Maio de 2013, iniciada às 10,00 horas e concluída às 13,15 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	4
Agenda	4
Aprovação de Actas	4
Balancete	4
Despachos	5
DAG	6
DOP	17
DGU	18
DEASS	20
DCJD	22
Intervenção do Público	24
Aprovação em minuta	31
Votação das deliberações	31
Encerramento	31
Montante Global dos Encargos	31

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

ABERTURA

ACTA Nº 12/2013

Aos três dias do mês de Maio do ano dois mil e treze, na sede do Unidos Futebol Clube de Tortosendo, na Freguesia de Tortosendo, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Carlos Alberto Pinto, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Pedro Miguel dos Santos Farromba e os Senhores Vereadores João Manuel Proença Esgalhado, Victor Manuel Pinheiro Pereira, Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa, Pedro Miguel Abreu da Silva, João Carlos Ferreira Correia e Maria da Graça d'Almeida Sardinha.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

E, pelas 10,00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve intervenções.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos, foi deliberado incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:

Em DESPACHOS:

6ª. alteração ao Orçamento de 2013

No DAGFRH:

i) Associação de Turismo da Covilhã – contrato-programa

No DCJD:

b) Associação Desportiva da Estação – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

Presentes para efeitos de aprovação as actas das reuniões ordinária pública do dia 05 de Abril e extraordinária do dia 24 de Abril de 2013, documentos que previamente haviam sido distribuídos

A Câmara deliberou aprovar as actas apresentadas.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 3.130.133,02 € (três milhões, cento e trinta mil, cento e trinta e três euros e dois cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 € (três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 2.244.545,29 € (dois milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 885.587,73 € (oitocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete euros e setenta e três cêntimos).

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

4. DESPACHOS

Presentes os despachos do Senhor Vereador Luís Barreiros, com data e conteúdo seguintes:

1. 13/02/2013 - Aprova a minuta do contrato da elaboração da revisão do Plano Director Municipal da Covilhã, adjudicado à empresa Consulgal – Consultores de Engenharia e Gestão, SA, pelo valor de 62.500,01 €.
2. 02/04/2013 - Aprova a 5.^a alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – 2013, documento apenso à acta.
3. 24/04/2013 – Aprova a 6.^a alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – 2013, documento apenso à acta.

A Câmara deliberou ratificar os despachos de 13/02/2013 e 02/04/2013, do Senhor Vereador Luís Barreiros no âmbito das competências delegadas pelo Despacho n.º 09-A/2009, de 06/11/2009, do Senhor Presidente da Câmara Municipal e nos termos do n.º 2 do art.º 65º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Mais deliberou, por maioria, com voto contra dos Senhores Vereadores João Esgalhado, Pedro Silva, Victor Pereira, Graça Sardinha e João Correia, e com voto favorável do Senhor Presidente da Câmara, dos Senhores Vereadores Luís Barreiros e Paulo Rosa e do Senhor Vice Presidente Pedro Farromba, não ratificar o despacho do Senhor Vereador Luís Barreiros, datado de 24/04/2013.

5.1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Conta de Gerência da Câmara Municipal - 2012

Presente a Conta de Gerência da Câmara Municipal, do ano de 2012, com todos os documentos da prestação anual de contas, incluindo a certificação legal e o relatório e parecer do Fiscal Único, documento apenso à acta.

Posto o assunto à discussão, o Senhor Vereador Victor Pereira levantou várias questões que disse gostar ver esclarecidas, designadamente sobre o endividamento líquido e endividamento a médio e longo prazo, a alienação dos 51% da participação que ICOVI detém na ADC, a razão por que a PolisCovilhã ainda existe quando este tipo de sociedades já foi extinto em todo o País e as respectivas contas dos anos de 2008, 2010 e 2011, daquela sociedade não estarem registadas.

Que da análise do relatório de gestão e dos documentos da prestação de contas, as imprecisões, os erros e as ilegalidades detectadas justificam a sua reprovação, ao que acresce o facto de tais documentos espelharem uma dívida preocupante que vai dificultar a futura governação do Concelho, reprovação que traz subjacente o modelo de desenvolvimento real dos últimos anos.

Usou da palavra a seguir o Senhor Vereador Luís Barreiros referindo que as contas estão certificadas por uma Sociedade Revisora de Contas que as considerou em conformidade. Que quanto ao passivo financeiro houve uma diminuição efectiva do endividamento da Câmara em 10 milhões de euros no ano de 2012, sendo ainda de realçar o valor patrimonial municipal líquido que em 31/12/2012 atingiu o valor de 321.321,262,15 € e a taxa de execução que relativamente ao ano anterior teve um acréscimo significativo, assim como o valor das receitas.

Em conclusão o resultado líquido do exercício é de cerca de 4 milhões de euros negativos, as receitas correntes situaram-se nos 24 milhões € e as de capital em 7 milhões de euros. No que respeita à despesa atingiu-se o montante de 16 milhões em despesas correntes e 15 milhões em despesas de capital.

O valor das receitas correntes permitiu ainda reforçar o investimento, tendo sido transferido parte daquelas receitas para receitas de capital. Respondeu depois sobre as questões do endividamento líquido de 50 milhões de euros negativos, do endividamento municipal de médio e longo prazo constante do anexo 28 dos documentos de prestação de contas.

Em relação à PolisCovilhã disse que infelizmente a empresa ainda não foi extinta e existem contas por aprovar; que a Administração da empresa é o representante do Estado, sendo a Câmara Municipal da Covilhã credora de cerca de 1.500 mil euros; que o Município tem feito todas as insistências possíveis junto da tutela no sentido do encerramento da Sociedade Polis que tem um passivo que é detido em 60% pelo Estado.

A Câmara, por maioria, com voto favorável do Senhor Presidente da Câmara Carlos Pinto, do Senhor Vice Presidente Pedro Farromba, dos Senhores Vereadores Luís Barreiros e Paulo Rosa, com a abstenção dos Senhores Vereadores João Esgalhado e Pedro Silva, e voto contra dos Senhores Vereadores Victor Pereira, João Correia e Graça Sardinha que no final apresentaram declaração de voto conjunta, deliberou aprovar a Conta de Gerência da Câmara Municipal respeitante ao exercício do ano de 2012.

Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal da Covilhã para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º,

conjugada com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

b) Contas Consolidadas do Município - 2012

Presentes o Relatório de Gestão das Contas Consolidadas de 2012, o Balanço Consolidado, a Demonstração de Resultados Consolidada, Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado, Anexo ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidada, acompanhados da Certificação Legal, bem como do Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre as Contas Consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 que, nos termos do n.º 1 do art.º 46.º da Lei das Finanças Locais, engloba as entidades do sector empresarial local em que o Município detém o capital na sua totalidade, nomeadamente a Nova Covilhã, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM e ICOVI – Infra-estruturas e Concessões da Covilhã, EEM, documento apenso à acta.

A Câmara, com voto contra dos Senhores Vereadores Victor Pereira, João Correia e Graça Sardinha, com a abstenção dos Senhores Vereadores João Esgalhado e Pedro Silva, e voto favorável do Senhor Presidente da Câmara Carlos Pinto, do Senhor Vice-Presidente Pedro Farromba e dos Senhores Vereadores Luís Barreiros e Paulo Rosa, deliberou aprovar as Contas Consolidadas do Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, bem como aprovar a proposta de aplicação do resultado consolidado constante do Relatório de Gestão Consolidado.

Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter as Contas Consolidadas do Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, à Assembleia Municipal da Covilhã, nos termos do previsto no art.º 47.º da Lei das Finanças Locais.

c) Estatutos da ADC – Águas da Covilhã, EM

Presente ofício com a referência CA 32/2013 datado de 18/03/2013, da ADC – Águas da Covilhã, EM, dando conhecimento dos novos Estatutos daquela empresa aprovados pelo respectivo Conselho de Administração em 28/02/2013, resultante da adequação à Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, documento apenso à acta.

A Câmara tomou conhecimento dos novos Estatutos da empresa ADC – Águas da Covilhã, EM.

d) Programa de incentivo ao comércio do centro da cidade

Presente processo de candidatura ao programa de incentivo ao comércio do centro da cidade, em que é proponente Hugo do Couto Pinho – Unipessoal, Lda., sito na Rua Direita, 68, com estabelecimento de comércio a retalho de vestuário, sobre o qual os serviços informam reunir condições para a atribuição de um incentivo no montante de 200,00 € por mês, correspondente à área de 91 m2 do estabelecimento, a liquidar mensalmente durante o período de um ano, nos termos do Regulamento.

A Câmara deliberou aprovar a candidatura ao programa de incentivo ao comércio do centro da cidade, apresentada por Hugo do Couto Pinho – Unipessoal, Lda., com estabelecimento de comércio a retalho de vestuário na Rua Direita, n.º. 68 em Covilhã, no montante de 200,00 € por mês, a liquidar mensalmente durante um ano, nos termos do Regulamento do programa, e autorizar o respectivo pagamento.

- e) **Alienação dos terrenos do Estabelecimento Prisional e do Palácio da Justiça – proposta de acordo com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP**

Presente ofício com a referência S-IGFIJ/2013/5403, datado de 17/04/2013, do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, informando que o referido Instituto propõe-se adquirir os terrenos do Estabelecimento Prisional e do Palácio de Justiça, pelos valores indicados na avaliação realizada pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, respectivamente nos montantes de 483.915,00 € e 635.484,00 €, para posterior transferência da propriedade dos prédios para o Estado.

A Câmara deliberou aprovar a alienação dos terrenos do Estabelecimento Prisional e do Palácio da Justiça, prédios inscritos na matriz da freguesia de São Pedro sob os artigos n.ºs. 323.º e 595.º, descritos na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob os n.ºs. 624/0040308 e 625/20040505, inscritos a favor do Município, pelos valores propostos pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, indicados na avaliação realizada pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, respectivamente nos montantes de 483.915,00 € e 635.484,00 €.

Mais foi deliberado remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal da Covilhã para os efeitos previstos na alínea i) do n.º. 2 do artigo 53.º, conjugada com a alínea f) do n.º. 1 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Declaração de voto

O Senhor Presidente da Câmara ditou para a acta a seguinte declaração de voto:

“Estranhei profundamente que os Senhores Vereadores não tenham intervindo sobre o facto aqui trazido, de o Município ter concluído negociações com o Ministério da Justiça para o pagamento de cerca de 1.200.000,00 € pela utilização do Estabelecimento Prisional da Covilhã e do Tribunal Judicial e queria que ficasse na acta desta reunião extractos do que foi publicado pelo Partido Socialista em 27/8/2009 acusando o Presidente da Câmara Carlos Pinto de estar a fazer um número político com a exigência ao Ministério da Justiça para que entregasse os edifícios do Tribunal e da Cadeia devido ao pagamento de rendas, e atribui à Edilidade a acção e a responsabilidade da perda dos serviços prisionais que 4 anos depois ali estão sem qualquer problema.

Estranho realmente que não tenha havido aqui considerações a este propósito na medida em que se trata de uma causa considerada perdida pelo Partido Socialista em documentos publicados naquela data, cito aqui também e vou pedir que este documento seja anexo à acta, em que em 27/8/2009, no Jornal do Fundão, o Partido Socialista acusava o Presidente da Câmara de assumir uma posição de ruptura com o Ministério da Justiça,

que além de ineficaz do ponto de vista prático, vem apenas hostilizar os responsáveis da pasta, tratando-se de uma acção extemporânea.

Portanto, para que conste: que esta acção extemporânea que segundo o Partido Socialista levou a que a Câmara Municipal vá ser ressarcida em cerca de um milhão e duzentos mil euros que entrarão logo que o acordo seja celebrado, que espero em breve.

Anexo ainda um documento sobre a sustentabilidade financeira do Município, publicado em 17/09/2009 em que o Sr. Vereador Victor Pereira dizia que estava em risco. É um risco prolongado que já vem de 2009, que completarão as suas preocupações de hoje. “

f) Alienação de bem imóvel para construção de edifício para arrendamento municipal e contrato de arrendamento.

Presente acta relatório da Comissão de abertura, análise e negociação da proposta concorrente ao procedimento de venda de parcela de terreno para construção de edifício para arrendamento municipal, com data de 17/04/2013, em que propõe a alienação da parcela de terreno para construção de edifício para arrendamento municipal, sita na Rua Pedro Alves ou Travessa dos Ferreiros, na cidade da Covilhã, correspondente ao prédio urbano, terreno para construção com área de 887,00 m², da Freguesia de S. Martinho, descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 1335/20120921 e inscrito na matriz sob o n.º 2.086, registado a favor do Município da Covilhã, à empresa APRI INTERNATIONAL, SRL, pelo valor de 250.100,00 € e com as seguintes condições para celebração do contrato de arrendamento comercial: prazo de duração do arrendamento de 20 anos, valor da renda 15.000,00 €, periodicidade mensal, e a aprovação da minuta de contrato-promessa de arrendamento não habitacional, documentos apensos à acta.

Submetido o assunto à apreciação o Senhor Vereador João Esgalhado disse não se sentir confortável com a aprovação da proposta que em sua opinião é uma parceria público-privada com tudo o que de negativo têm, em que os riscos estão todos do lado do Município e do lado dos privados a garantia total; que o Município não tem garantias nenhuma no compromisso que iria assumir por 20 anos caso, e daí a sua discordância.

O Senhor Vereador Pedro Silva após cumprimentar todos os presentes e saudar a Câmara e o Senhor Presidente da Junta, disse que se congratulava pelo cumprimento de uma promessa do Senhor Presidente sobre o assunto que já tinha gerado alguma polémica na reunião anterior; que teve algum cuidado a analisar a proposta e as conclusões a que havia chegado é que está-se perante um compromisso a 20 anos, significativo em termos financeiros para o Município, de 15 mil euros todos os meses que corresponde a um retorno de 3,6 milhões de euros de um investimento presumível de 1.250 mil euros; que o que mais o surpreendia era a empresa que apresenta a proposta, uma empresa de capital de risco com sede em Itália e que vem com um número de contribuinte provisório para apresentar em Portugal esta proposta; que não havia conseguido, apesar de várias pesquisas, nenhum currículo sobre esta empresa e de operações desta tipologia e também tentar complementar essa informação, no sentido de ver se havia da parte da Teleperformance um compromisso que permitisse uma análise de custo benefício entre o investimento e o número de posto de trabalhos a criar, e a sua manutenção ao longo dos 20 anos do prazo; que entendia que poderão ser estudadas soluções alternativas e portanto manifestava o seu voto contra.

O Senhor Vereador Victor Pereira disse que se este contrato promessa viesse a ser celebrado, o Município sairia seriamente lesado; que existe muito património industrial e histórico e arquitectónico em condições de com pequenas obras servir para os interesses da empresa e a terem de ser efectuadas obras pelo Município ou pela própria empresa, inclusivamente o

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

pagamento de uma renda, os custos seriam substancialmente mais baixos; que o chocava a cláusula se o Município quisesse rescindir o contrato ter que pagar 180 mil euros durante os anos que faltam até perfazer os 20 anos, contrato que não deveria ser celebrado dado que viola os interesses do Município e por isso os Vereadores do Partido Socialista não iriam dar o voto favorável a esta proposta e se não venha a acusar os Vereadores de serem contra o emprego ou que a empresa se vai embora, pois existem soluções alternativas.

O Senhor Presidente referiu que era óbvio que os Senhores Vereadores não esperavam que depois da reunião em Orjais não aparecesse uma proposta; que já ali tinham feito trinta por uma linha para que isto não passasse e depois mobilizaram-se para que viesse à Câmara, como não podia deixar de ser, visto que o resultado de um concurso público vem sempre à Câmara para aprovar em primeira instância, seja para ratificar a decisão delegada que é confiada ao Presidente da Câmara; que agora que a proposta resultante de um procedimento de concurso publicado no Diário da República, de um reconhecimento de que a Câmara Municipal não tem dinheiro para fazer uma requalificação que em primeira linha é na zona histórica, questionava pela coerência de alguns que estão sempre a lançar a ideia de que não se investe na zona histórica.

Que a Câmara tem cerca de 2 mil metros quadrados que podem recuperar-se para emprego e responder aos compromissos que assumiu, de centenas de pessoas que vão passar a frequentar o Centro Histórico. Que em relação a isto a Câmara Municipal fez o seu trabalho e a forma de encontrar meios para esse efeito; que os Senhores Vereadores deviam trazer para a discussão as alternativas que têm na manga. Que o que está em causa é que no dia 24 de Julho de 2008 foi celebrado entre a Câmara Municipal e a empresa Teleperformance responsável por 480 postos de trabalho no topo do Mercado Municipal, um acordo mediante o qual iríamos disponibilizar o piso inferior aquele em que se encontra para expansão para cerca de 800 pessoas ali trabalharem e isso não foi cumprido porque a Câmara entendeu que o mercado municipal deveria ali permanecer e rejeitou outras hipóteses, mas o compromisso mantém-se.

Referiu ainda outro aspecto a considerar que era o da Roff, empresa que se encontra no Parque Industrial e que tem neste momento 40 pessoas a fazer software para todo o mundo e que quer aumentar para cerca de 200 pessoas, tendo para isso solicitado à Câmara um espaço cerca de 1000 m² que não existe no Parque Industrial do Tortosendo e que gostaria que este espaço fosse no centro da cidade por questões de gestão do transporte e da qualidade logística daqueles que ali trabalham, expressando mesmo querer vir para o centro da cidade para acomodar e permitir esse crescimento e uma melhor ligação à mesma.

Que neste sentido, o que está em causa é permitir que uma empresa, a Teleperformance que vai pagar a partir da disponibilização dessas instalações 2,41 € por m² quer no piso actual quer no que irá ocupar nas novas instalações do edifício a construir e a empresa Roff 6,00 € por m² e por mês. Que o custo que a Câmara irá pagar pelo arrendamento do edifício a construir é de 7,38 € por m², o que significa que a Câmara em termos líquidos com a renda destas empresas, ou de outras, mas destas seguramente, terá como custo líquido 2.800,00 € por mês, dos 15.000,00 € vertidos no contrato de arrendamento, o que significa que dividindo este valor de 2800 euros pelos 300 postos de trabalho, 300 empregos que estão em causa, dá 9,35 € por posto de trabalho. Dito isto acresce ainda que a Câmara receberá 250 mil euros de imediato, de acordo com o contrato e a título de transferência do terreno, o que praticamente permite recuperar aquilo que foi objecto da compra das casas que ali existiam e de indemnizações e, portanto uma operação que tem várias vantagens.

Em primeiro lugar a vantagem da requalificação que se a SRU tivesse meios para captar crédito ou capacidade de financiamento, o faria, e se assim fosse o esforço desse encargo, com as taxas de juros e spread(s) praticados pelas instituições financeiras, seria de 180 mil euros por ano.

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

Continuando disse: “A Câmara assume-se como arrendatária que é hoje a prática que o próprio Estado está a fazer. Com a dinâmica que vai gerar das próprias empresas, com o trabalho que as futuras Câmaras têm de fazer, de gestão desse interesse municipal, com a circunstância de termos assegurado o retorno desta perspectiva de ocupação, mesmo que daqui por dez anos não haja emprego, qual o problema de a Câmara assumir mais dez anos ou negociar essa circunstância na dinâmica que estas coisas têm, partindo de uma expectativa de em 2013 que elimina uma mancha não requalificada no centro da cidade, vê ali mais cerca de 300 empregos criados, para um custo que está completamente compatível com as disponibilidades da Câmara? Quanto à empresa é a que se apresentou a concurso, que terá de cumprir os preceitos legais nesta matéria, que tem de pagar aquilo a que se obriga, que tem que construir o projecto que a Câmara fez. Os Senhores Vereadores só podem votar aqui não em termos da operação que está proposta, mas em termos daquilo que a Câmara quer fazer de positivo, não venha o Senhor Vereador Victor Pereira dizer que a Câmara não vai utilizar ou que eu não posso falar daquilo que está em jogo, que são 300 empregos. E se tem alternativas para a Câmara criar 300 empregos levando as empresas para onde não querem ir, isso faz-me lembrar hoje alguém dizer que acabávamos com a austeridade e não pagávamos juros. É verdade, mas é preciso que os outros também queiram e portanto os Senhores devem apresentar elementos alternativos racionais e realizáveis. E não chumbem se entenderem assim, agora não pensem que realmente estas coisas não têm consequências para o Município. Não consequências políticas. Esse acordo com a Teleperformance, o contrato de arrendamento comercial para o piso inferior do Mercado está assinado pelo Presidente da Câmara em representação do Município e os Senhores Vereadores sabem disso. E ou se honram estas assinaturas ou por mero capricho político eleitoral de momento, negam o que está escrito e assinado em representação do Município.

E não venha agora o Vereador dizer que o que aí está não interessa e a empresa vai para outro sítio qualquer alternativo a 2 ou a 3 Kms. Ou se se entende que a Câmara é uma entidade responsável, credível e de boa-fé, ou então não vamos a lado nenhum. E o que se pede em nome destes interesses, em nome da satisfação que temos tido enquanto Município, de dizermos que há cerca de 2 000 pessoas a trabalhar por acção directa do Município. É em nome desses que vos peço abatam as bandeiras de disputa eleitoral do momento, que eu não sou candidato a nada, para esta realidade que há um ano atrás seria aprovada de caras, e que agora se não o for é por razões que, a meu ver, nada têm a ver com o interesse da operação. E disso não vem mal ao mundo se decidirem não aprovar, sendo evidentemente que terá de comunicar-se à população, aos potenciais candidatos que para ali podiam ir trabalhar, que a final não poderão ir porque a Câmara não permitiu que isso se consumasse. Procurei trazer para a Câmara este esclarecimento ponderando todos os elementos que recolhi e o seu ajustamento do que é o custo real para a Câmara, que é um custo limpo, isto independentemente de outras considerações. Mais ainda, é um edifício que vai pagar IMI, receita camarária; durante a construção vão trabalhar lá 40 ou 50 pessoas, seguramente com benefício para a economia local. Portanto, no actual quadro, rejeitarem esta situação acho que seria certamente uma pena.”

O Senhor Vereador Victor Pereira disse que em relação aos argumentos que o Senhor Presidente aduziu, que não era por razões de natureza eleitoral ou combate político que assumiam esta posição, posição que é assumida por entenderem que esta é a melhor forma de defender os interesses da Covilhã e dos covilhanenses, e que o Senhor Presidente teria andado bem se, em conjunto, nos mobilizássemos para encontrar soluções. “O Sr. Presidente forçou a solução que até parece que é única, unívoca, afunilou de tal forma o assunto de que é isto ou nada e com todo o respeito, que é muito, isso não é forma de tratar os seus colegas do Executivo. A Câmara é uma pessoa de bem, tem que honrar os seus compromissos e também se honram os contratos e os compromissos quando nos sentamos à mesa das negociações com as

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

partes com quem estamos a negociar. Não é, na linguagem do Senhor Presidente da Câmara, dizer que se encontrarmos uma alternativa melhor a 400 ou 500 metros que a empresa fará finca-pé que não quer sair dali e que vai lançar aquela gente toda no desemprego. Isso é uma forma de dramatizar e não estava à espera de outro argumento que não fosse esse de diabolizar a oposição e chamar a si a bondade da solução. Mais ainda quanto à premência deste negócio, no contrato promessa constatamos que a ocupação desse espaço será após 12 meses que é o prazo da construção do edifício. Ora temos aqui alguma latitude e apresento para já duas soluções alternativas que, não fugindo do centro histórico, recuperando património cultural, arquitectónico, histórico e industrial, permitiria solucionar esta questão, ou sejam a Garagem de São João ou o edifício da Nova Penteação que reúnem em termos de espaço condições para a instalação, necessitando apenas de pequenas reparações, talvez um tecto falso e um pavimento de fácil colocação, estruturas amovíveis, com custos mais reduzidos. Onde é que estão as obras tão exigentes para criar esta unidade? Porque não falarmos com os proprietários destes edifícios e colocarmos o problema? Por outro lado atendendo ao prazo de 12 meses e estamos no final do mandato, a 5 meses de terminar o mandato, porque não deixar alguma margem de manobra ao próximo Presidente da Câmara no sentido de ser o novo Executivo a criar uma solução alternativa. Não temos que ter um pensamento único como há uns tempos acontecia em determinada zona do globo. Temos que arranjar uma solução e esta não é a melhor solução. Deixava este apelo para que entrássemos em negociações com os proprietários destes 2 edifícios, que podem ser outros, que pela sua estrutura e espaço reúnem as condições para fazer aquilo que se pretende e o Município honre os seus compromissos.”

O Senhor Vereador Esgalhado disse não estar de acordo que se entregue a uma empresa cujo tipo se desconhece e não tem aparentemente qualquer experiência na construção, uma intervenção desta natureza; que existe uma variável intencionalmente omitida que é a de que se por razões associadas ao licenciamento ou quaisquer outras se forem necessárias a alterações ao projecto não é a empresa construtora que fica responsável pelo custo mas sim o Município; que não estava de acordo que se faça este procedimento por 20 anos sem que se assegurem contrapartidas das duas empresas em termos de garantia de prazo ou da sua comparticipação da venda referida e, por conseguinte, não iria mudar o seu sentido de voto; que o Senhor Presidente podia falar da coerência daqueles que na SRU alegavam a necessidade reconstrução histórica e que agora estão a colocar questões relativamente a esta matéria porque sabia a precipitação que foi encerrar a empresa, em que esta perdeu 500 mil euros do empréstimo que estavam no banco e poderiam ser utilizados para recuperar edifícios aliás na zona histórica, aliás já demolidos; que se a Câmara tivesse autorizado as obras do espaço público envolvente aos três edifícios que lá estão agora construídos, no prazo de um mês estariam prontos e o que acontece é que passaram no entanto não sei quantos meses e aquilo continua fechado e as obras por executar, o que demonstra a eficácia que o Município ganhou com o encerramento da SRU. Que sabia, após a reunião em Orjais quando o assunto foi apresentado, que o Senhor Presidente já tinha feito o seu trabalho para depois vir apresentar aquilo que hoje se está aqui a analisar; que houve um erro de partida que foi o de o Senhor Presidente num determinado momento ter ficado convencido que conseguia encerrar o Mercado Municipal e deu por adquirido que aquilo tudo ía para aquelas empresas e assumiu pessoalmente o compromisso que assumiu contra a opinião generalizada de todos os Vereadores que lhe disseram que a solução melhor era outra, mas que entendeu pessoalmente que não era esse o caminho, nomeadamente a solução da Garagem de São João; que não estava convencido que esta seja a melhor solução, a única solução, como ainda não estava caso se chumbe esta proposta, que caia o Carmo e a Trindade e as empresas amanhã digam que vão encerrar a porta; que esse compromisso que já está ultrapassado há 2 ou 3 anos, não vai ser cumprido porque inicialmente o compromisso foi com

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

o Mercado e não com o espaço que agora está lá ao lado; que achava que há espaço de manobra para se negociar e conversar com as empresas para arranjar outras soluções e que estaria muito mais confortável se lhe dissessem que no final do pagamento destes 3 milhões e 600 mil euros a Câmara ficaria titular do edifício, pois aí já poderíamos considerar que acabávamos por pagar um investimento como se fosse um empréstimo; que não é esse o caso porque o que o contrato diz é que se daqui a 3 ou 4 anos, a Teleperformance fizer como o aconteceu em Castelo Branco por uma empresa equivalente, fica-se com o edifício às costas, fica o espaço recuperado mas temos ali um espaço que não sabemos se temos utilidade para lhe dar ou não.

O Senhor Vice-Presidente disse que falar-se de colocar um chão e um tecto e eles vão para lá trabalhar, isso só de pessoas que não sabem do que estamos a falar; “que um dos factores que realmente foi decisivo foi a nossa rapidez de decisão e a nossa vontade de trazer para cá uma empresa que queria criar algumas centenas de postos de trabalho. E quando foi decidido pelo Mercado Municipal ficou decidido que a empresa custearia todas as obras para ali se instalar. Estamos a falar de um valor vultuoso que não apenas colocar um chão e um tecto. Isto é de quem não faz a mínima ideia do que esta infra-estrutura envolve. Estamos a falar de obras naquele espaço superiores a 1 milhão de euros suportadas integralmente pela empresa. Quando se diz aqui que podemos escolher uma alternativa como a Garagem de São João ou a Nova Penteação, seria uma alternativa para fixar uma empresa de raiz, mas não uma empresa que já investiu um valor superior, infra-estruturas tecnológicas, cablagens, redes de internet, e não se agarra agora naquilo e se muda para outro sítio. Aquilo que tem que ser feito é ali naquele local, sempre em ligação com o que ali está. O concurso, que agora estamos a tentar ganhar que é de trazer algumas centenas de postos de trabalho, não se coaduna com uma espera de 12 meses. Não podemos dizer à empresa para esperar como se mais ninguém no mundo haja que lhes ofereça um espaço para este efeito.

O que estamos a falar é de criarmos ou não criarmos condições para ter emprego. Um custo de 9,35 € por metro quadrado que é isso que a Câmara vai suportar. Não vejo nenhum problema que Câmara venha a fazer isto, e pelo contrário acho que nos tempos que correm é uma ínfima parte do que as Câmaras devem fazer para criar emprego e fixar pessoas. Temos uma empresa no Parque Industrial que necessita de espaço e que poderá deslocar-se para outro Município que lhe ofereça as condições que estamos a recusar.”

O Senhor Presidente disse que em relação à SRU a Câmara não deixou de utilizar um só euro do que tinha à sua disposição, tendo realizado integralmente o valor do empréstimo que contraiu com o BCP; que quanto ao edifício a construir, no final não ser da Câmara disse que aquilo que efectivamente está implícito é que a Câmara, quer no final do prazo, quer em determinado momento do prazo, tem sempre essa possibilidade de na sua capacidade negocial suscitar essa matéria;

Quanto à matéria trazida pelo Senhor Vereador Victor Pereira o Senhor Presidente referiu que não diaboliza o que quer que seja, que os Senhores Vereadores é que se auto diabolizam. “O Senhor devia trazer o trabalho feito a respeito das coisas que eu agora vou informar. O edifício da Garagem de S. João está hipotecado ao BCP Millennium que quer 3 milhões de euros para o vender. Precisa de obras de recuperação de 2, 5 milhões. As fundações põem em causa a sua estabilidade. Precisam de ser despoluídas as placas onde durante 40 anos funcionaram oficinas de automóveis e estão carregadas de óleos e combustíveis. Depois teria que se afectar 2 ou 3 pisos para estacionamento. Ficam 1.000 m² para uso, de um edifício com 2.600 m², o que exclui tal alternativa. Quanto à Nova Penteação, aquando das negociações para a alternativa ao Mercado Municipal, o Sr. Paulo de Oliveira foi contactado para disponibilizar o edifício. No piso com acesso pela Rua da Indústria que tem pouco mais de 1.500 m² o Sr. Paulo de Oliveira

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

pediu salvo erro entre 13 a 18 mil euros por mês com a obrigação para a Câmara de recuperação de toda a fachada exterior e com a obrigação de isenção das taxas de construção e IMI durante 20 anos. Na hipótese para Mercado, o 2.º piso destinado a estacionamento e que não tinha continuidade, era necessário abrir-se uma grande portada para o piso inferior e sua recuperação. O aluguer passava para o dobro, ou seja já 26 mil euros por mês. Mais os trabalhos a executar que foram estimados em 200 mil euros”.

Continuando disse: “Têm aqui uma proposta e o Senhor apresente a suas propostas se são melhores, trabalhadas e negociadas. E no fundo quem sabe se eu não votava a sua proposta. Os Senhores não trazem propostas nenhuma, trazem aqui palpites, conversas.

A Câmara do ponto de vista deliberativo não joga com palpites, joga com coisas concretas. Quando sairmos daqui há duas respostas a dar aos interessados, a de que a partir de agora podem alargar as instalações ou que a Câmara reuniu hoje no Tortosendo, não vão ter o edifício e podem ir para outro sítio. Eu não faço isto para haver vencedores e vencidos, faço isto para clarificar as situações porque conheço bem qual é a atitude. O que trago aqui tem muito trabalho por detrás, muita insistência, muita persuasão. A Teleperformance que tinha o compromisso connosco teve de reduzir a sua presença no Parque das Nações e vai reduzi-la para vir para a Covilhã. Em compensação é isto que nós tratamos. Portanto os Senhores podem votar contra. Se quiserem numa próxima sessão tragam lá uma proposta. Nós não vamos apresentar outra evidentemente. Agora fica assente que os Senhores se chumbarem isto estão a chumbar a expansão da Teleperformance, a expansão da Roff, uma empresa com um potencial imenso que criou relações com a Covilhã, está satisfeítíssima e portanto são empresas que estão num ponto óptimo de se expandirem. Portanto se não quiserem isso é só votar contra”.

A Câmara, por maioria, com voto contra dos Senhores Vereadores João Esgalhado, Pedro Silva, Victor Pereira, Graça Sardinha e João Correia, e com voto favorável do Senhor Presidente da Câmara, dos Senhores Vereadores Luís Barreiros e Paulo Rosa e do Senhor Vice Presidente Pedro Farromba, deliberou não alienar a parcela de terreno sita na Rua Pedro Alves ou Travessa dos Ferreiros, na cidade da Covilhã.

g) Sinistralidade automóvel

Presente a informação nº 105, com data de 02/04/2013, da Secção do Património Municipal, sobre a sinistralidade automóvel dos veículos municipais, no mês de Março, na qual refere que não se registaram quaisquer sinistros.

A Câmara tomou conhecimento.

h) Calendarização das reuniões de Câmara

Presente proposta datada de 29/04/2013, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, de alteração do local de realização da reunião do Executivo, do seguinte teor:

“Calendarização das Reuniões Públicas da Câmara Municipal

Na sequência da deliberação de 7 de Setembro de 2012 que aprovou a proposta de realização de reuniões públicas nas freguesias rurais no decorrer do mandato em curso, e das alterações à

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

respectiva calendarização aprovadas pelas deliberações de 26/10/2012, 14/12/2012, 04/01/2013 e 15/03/2013, propõe-se que a Câmara Municipal da Covilhã aprove a alteração à calendarização e local de realização da seguinte reunião:

Data	Local	Horário
24/05/2013	Freguesia de Teixoso	10,00 horas

Devem ainda ser publicados editais, ficando dispensada qualquer outra forma de convocação, e flyer respectivo com 10 dias de antecedência.”

A Câmara deliberou aprovar a proposta de alteração do local e data da reunião do Executivo inicialmente agendada para 17 de Maio de 2013 na freguesia de Teixoso, a qual terá lugar no dia 24 de Maio de 2013 na referida freguesia.

i) Associação de Turismo da Covilhã – Contrato-Programa

Presente minuta de contrato-programa a celebrar com a Associação de Turismo da Covilhã, constituída pelo Município da Covilhã e as entidades Quadra Hotéis – Administração de Hotéis, Lda., Turistrela – Turismo da Serra da Estrela, SA, Hotel Solneve – Empreendimentos Turísticos, Lda., Hotel Turismo da Covilhã, SA, Federação de Desportos de Inverno de Portugal, Tendências e Conceitos, Lda., Viagens Abreu, SA, Clube Nacional de Montanhismo e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, no âmbito do apoio ao desenvolvimento local, designadamente na promoção do turismo, tendo como objectivo a consecução das actividades planeadas tendo por base o plano de actividades e gestão para 2013 daquela Associação, do que constam a contratualização da prestação de serviços de consultadoria especializados e apoio à implementação dos eventos a realizar, descritos no referido plano de actividades e gestão, documento anexo ao mencionado contrato-programa, estabelecendo ainda o mencionado contrato-programa a participação financeira do associado Município da Covilhã em 40.000,00 €.

Submetido o assunto à apreciação, o Senhor Vereador João Esgalhado referiu que o documento apresentado não clarifica qual o trabalho da Associação de Turismo para beneficiar de apoio às actividades em concreto; que o que se pretende é apoiar a assessoria que terá sido dada para um conjunto de actividades que a Câmara já realiza há anos, independentemente da existência desta Associação, da qual disse não conhecer quadros, nem se identificam no documento, com qualquer competência específica para o fazer, e em termos de clarificação é insuficiente para permitir uma aprovação.

O Senhor Vereador Pedro Silva disse partilhar da opinião do Vereador João Esgalhado, acrescentando que o documento lhe havia suscitado dúvidas já que não foi assinado por ninguém e também não o subscreveria nos moldes em que está feito, pelo que votaria contra em consonância com a votação da 6ª. Alteração do Orçamento.

O Senhor Vereador Victor Pereira questionou porquê despender uma verba exorbitante em consultadoria quando a Câmara tem três ou quatro Vereadores que têm conhecimentos e são especializados em realização de eventos e organização de feiras.

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

O Senhor Presidente alertou os Senhores Vereadores para as consequências da não aprovação de apoio à Associação de Turismo da Covilhã, ao recusar a vida de uma entidade para qual haviam votado a sua existência como fazendo parte de um instrumento para o Turismo em substituição de estrutura que era inócua, inerte como era a Região de Turismo da Serra da Estrela, permitindo que a Câmara assumisse autonomia em termos de promoção turística, seja ela da realização de snow-board, do Portugal de lés-a-lés, de modas, das mais variadas acções, e dizem agora que essas acções não devem ter a consequência financeira, recusando que a Câmara assuma compromissos de acções já realizadas, que legitimamente permitiram que avançasse; que inclusivamente os Senhores Vereadores sabem que o que vem a seguir é uma entidade turística constituída pelas Câmaras da Covilhã e do Fundão, pelo que é necessário encerrar as contas da Associação de Turismo da Covilhã sob o compromisso assumido legalmente.

O Senhor Vice-presidente referiu que a Associação de Turismo foi criada para colmatar as insuficiências no sector, agir numa área determinada, tendo sido feitas candidaturas a fundos comunitários para actividades como por exemplo para a prova de todo o terreno realizada no ano passado na freguesia de Tortosendo, a presença de 1300 motas que estiveram na Covilhã no programa Portugal de lés-a-lés do ano passado, e a visibilidade que tem sido dada a todo o concelho deste tipo de actividades.

Que o que está em causa é honrar estes compromissos que a Associação de Turismo assumiu por indicação do Município e, por outro lado, finalizar-se esta Associação, extinguindo-a para dar lugar àquela que foi aprovada também pela Câmara que foi a Associação de Turismo com o Município do Fundão.

Que inclusivamente está-se a criar um obstáculo ao recebimento da comparticipação dos fundos comunitários por falta de garantia da componente própria.

O Senhor Presidente concluiu em relação à Associação de Turismo que há que honrar e assumir os compromissos, encerrar esta empresa, não antevendo que a Câmara saia prestigiada se não liquidar aquilo a que se comprometeu.

A Câmara, por maioria, com voto contra dos Senhores Vereadores João Esgalhado, Pedro Silva, Victor Pereira, Graça Sardinha e João Correia, e com voto favorável do Senhor Presidente da Câmara, dos Senhores Vereadores Luís Barreiros e Paulo Rosa e do Senhor Vice Presidente Pedro Farromba, deliberou não apoiar financeiramente as actividades constantes do plano de actividades e gestão para 2013 proposto pela Associação ATC - Associação de Turismo da Covilhã.

5.2 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Trânsito, estacionamento e sinalização

Estacionamento na Rua Vasco da Gama junto à Casa do Menino Jesus

Presente a informação n.º 13/2013, de 03 de Abril de 2013 do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária da Divisão de Serviços Operativos, acompanhada de requerimento da Casa do Menino Jesus, solicitando a criação de lugares de estacionamento em espinha para facilitar o acesso de crianças à Instituição, bem como de veículos de emergência, na Rua Vasco da Gama, na freguesia de S. Pedro.

A Câmara, de acordo com a informação dos serviços que considera não existir largura suficiente para estacionamento de forma oblíqua, em espinha, deliberou aprovar a pintura a traçado amarelo na Rua Vasco da Gama, e substituir a sinalização vertical para maior visibilidade da proibição de estacionamento no local.

5.4- DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

a) Loteamentos

Presente informação datada de 22/04/2013, da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao processo de loteamento n.º 393, em nome de Marques & Saraiva – Construção Civil, Lda., propondo que a Câmara delibere aprovar a rectificação do valor do acionamento da garantia bancária do contrato de obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará n.º 2/08, objecto de deliberação tomada em reunião de 14 de Dezembro de 2012, dado que o valor das obras por realizar no referido loteamento, de harmonia com o resultado da vistoria efectuada em 18/03/2013 pela respectiva Comissão, atinge o montante de 158.220,52 €, e que não inclui a construção de um muro de suporte localizado fora da área abrangida pela operação de loteamento aprovada.

O Senhor Vereador João Esgalhado disse não estar convencido que o parecer técnico seja o mais adequado, dado que a leitura que faz da planta de síntese do alvará, em que está indicado em corte a execução desse muro, faz todo o sentido a sua construção na defesa dos interesses dos proprietários e dos adquirentes dos lotes sob pena de eles próprios terem de o fazer mais tarde com a perda de qualidade, custo acrescido e se perder uniformidade estética daquela frente de construção que tem visão privilegiada para o edifício de restauração que está adjacente.

A Câmara, por maioria, com voto contra do Senhor Vereador João Esgalhado, a abstenção dos Senhores Vereadores Victor Pereira, João Correia e Graça Sardinha e voto favorável do Senhor Presidente da Câmara Carlos Pinto, do Senhor Vice Presidente Pedro Farromba, dos Senhores Vereadores Luís Barreiros, Paulo Rosa e Pedro Silva, deliberou acionar a caução prestada no contrato de obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará n.º 2/08, em nome de Marques & Saraiva – Construção Civil, Lda., pelo montante de 158.220,52 €, de harmonia com o disposto no art.º 54.º e n.º 3 do art.º 84.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, rectificando, na parte aplicável, a deliberação tomada em 14 de Dezembro de 2012, no que diz respeito ao valor de 20.556,30 € estimado pelo Departamento de Obras para a conclusão das obras de urbanização.

b) Numeração de edifícios

Presente informação datada de 06/04/2013, da Divisão de Gestão Urbanística apensa ao processo n.º 204/03, que propõe a atribuição do n.º 103 de polícia ao edifício situado na Estrada Municipal 510, freguesia de Paul, prédio inscrito na respectiva matriz sob o art.º 1.647º, descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 1.172, propriedade de Jorge Alexandre Ferreira Gomes.

A Câmara deliberou atribuir o número 103 de polícia ao edifício localizado na Estrada Municipal 510, freguesia de Paul, prédio inscrito na respectiva matriz sob o art.º 1.647º, descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 1.172, propriedade de Jorge Alexandre Ferreira Gomes.

Presente informação datada de 12/04/2013, da Divisão de Gestão Urbanística apensa ao processo n.º 48183, que propõe a atribuição do n.º 69 de polícia ao imóvel situado na Estrada Nacional 230 – Água Alta, freguesia de Boidobra, inscrito na respectiva matriz sob o art.º

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

1170º, omissa na Conservatória do Registo Predial da Covilhã, propriedade de Ana Luísa Manso Rogeiro.

A Câmara deliberou atribuir o número 69 de polícia ao imóvel situado na Estrada Nacional 230 – Água Alta, freguesia de Boidobra, inscrito na respectiva matriz sob o art.º 1170º, omissa na Conservatória do Registo Predial da Covilhã, propriedade de Ana Luísa Manso Rogeiro.

Presente informação datada de 22/04/2013, da Divisão de Gestão Urbanística apensa ao processo n.º 295/06, que propõe a atribuição do n.º 82 de polícia ao prédio sito na Rua do Amieiro Longo, freguesia do Ferro inscrito na respectiva matriz sob o art.º 1539-P, e descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 2468, propriedade de Norberto Miguel Santarém Leitão.

A Câmara deliberou atribuir o número 82 de polícia ao prédio situado na Rua do Amieiro Longo, freguesia de Ferro, inscrito na respectiva matriz sob o art.º 1539-P, e descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 2468, propriedade de Norberto Miguel Santarém Leitão.

5.5- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Habitação Social

Transmissão de arrendamento

Presente a informação n.º 30/2013, de 15 de Abril, do Serviço de Habitação, dando conta que por falecimento do titular do contrato de arrendamento do r/ch Esq.º do Bloco 5, sito na Urbanização das Nogueiras, no Teixoso, celebrado com Manuel dos Santos Esteves, se dá a transmissão do referido arrendamento ao cônjuge Maria de Jesus Francisca Alves Lopes.

A Câmara deliberou autorizar a transmissão do arrendamento do r/ch Esquerdo do Bloco 5, sito na Urbanização das Nogueiras, no Teixoso, para Maria de Jesus Francisca Alves Lopes.

Atribuição de habitações

Presente a informação n.º 31/2013, de 15/04/2013, do Serviço de Habitação, propondo a atribuição de habitações sociais aos munícipes identificados no quadro seguinte:

Munícipe	Locado	Localização	Tipo
Maria Adelaide Seixas Maia	Pinhal do Gaiteiro, Bloco 4, 1.º Esq.º	Covilhã	T2
Hugo Miguel Alves Cruto	Rua 1.º de Maio, Bloco C – r/c Esq.º	Covilhã	T2
Benjamim Reis Alves	Bairro Penedos Altos, Bloco 1 – r/c Dt.º. Trás	Covilhã	T2
Maria do Céu Lopes Fernandes	Bairro do Cabeço, Bloco 2, 1.º Esq.º	Tortosendo	T3
Maria José Nunes Ramos	Quinta da Alâmpada, Bloco 3, 1.º Dt.º	Boidobra	T3

A Câmara deliberou atribuir habitações sociais a Maria Adelaide Seixas Maia, Hugo Miguel Alves Curto, Benjamim Reis Alves, Maria do Céu Lopes Fernandes e Maria José Nunes Ramos.

b) Apoios

Obra de Santa Zita da Covilhã

Presente proposta n.º 35/2013, de 20/03/2013, do Senhor Vereador Paulo Rosa, no sentido apoiar a realização de uma viagem de 46 crianças ao Oceanário a Lisboa e de 22 crianças, à Escola Superior Agrária de Castelo Branco, promovidas pela Obra de Santa Zita da Covilhã, com a comparticipação da Câmara Municipal em 500,00 €.

A Câmara, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro,

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

deliberou conceder à Obra de Santa Zita da Covilhã um subsídio no montante de 500,00 €, para comparticipação das despesas inerentes à realização de uma viagem de 46 crianças ao Oceanário a Lisboa e de 22 crianças, à Escola Superior Agrária de Castelo Branco.

5.6 - DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

c) Apoios

Filarmónica Recreativa Cortense

Presente a proposta n.º 22/2013, de 14/03/2013, do Senhor Vereador Paulo Rosa, submetendo à aprovação a celebração de um protocolo de colaboração com a Filarmónica Recreativa Cortense no âmbito do apoio às actividades de interesse municipal de promoção e divulgação das tradições etnográficas, culturais e sociais do Concelho, designadamente a aquisição de novo fardamento para a filarmónica, atribuindo a Câmara Municipal uma comparticipação no montante de 2.000,00 €, documento apenso à acta.

A Câmara, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e a Filarmónica Recreativa Cortense, no âmbito da promoção e divulgação das tradições etnográfica, culturais e sociais, designadamente a aquisição de novo fardamento, com a comparticipação da Câmara Municipal no montante de 2.000,00 €.

Junta de Freguesia do Dominguiso

Presente a proposta n.º 31/2013, de 13/03/2013, do Senhor Vereador Paulo Rosa, submetendo à aprovação a celebração de um protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia do Dominguiso no âmbito do apoio às actividades de interesse municipal nomeadamente a realização do evento “Farrapeiros 2013”, atribuindo a Câmara Municipal uma comparticipação no montante de 2.500,00 €, documento apenso à acta.

A Câmara, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e Junta de Freguesia do Dominguiso, no âmbito da realização do evento “Farrapeiros 2013”, que terá lugar nos dias 28, 29 e 30 de Junho, com a comparticipação da Câmara Municipal no montante de 2.500,00 €.

Associação Cultural Desertuna – Tuna Académica da Universidade da Beira Interior

Presente a proposta n.º 32/2013, de 18/03/2013, do Senhor Vereador Paulo Rosa, submetendo à aprovação a celebração de um protocolo de colaboração com a Associação Cultural Desertuna – Tuna Académica da Universidade da Beira Interior, no âmbito do apoio às actividades culturais de interesse municipal, nomeadamente para a realização do XI FESTUBI – Festival de Tunas da Universidade da Beira Interior, atribuindo a Câmara Municipal uma comparticipação no montante de 1.000,00 €, documento apenso à acta.

A Câmara, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

e Associação Cultural Desertuna – Tuna Académica da Universidade da Beira Interior, no âmbito da realização do XI FESTUBI – Festival de Tunas da Universidade da Beira Interior, com a comparticipação da Câmara Municipal no montante de 1.000,00 €.

Associação de Desenvolvimento Local do Teixoso - Adeteixo

Presente a proposta n.º 33/2013, de 27/03/2013, do Senhor Vereador Paulo Rosa, submetendo à aprovação a celebração de um protocolo de colaboração com a Associação de Desenvolvimento Local do Teixoso - Adeteixo, no âmbito do apoio às actividades culturais e recreativas de interesse municipal, nomeadamente a realização da 2.ª Festa do “caldo no forno”, atribuindo a Câmara Municipal uma comparticipação no montante de 500,00 €, no âmbito da realização da 2.ª Festa do Caldo do Forno, documento apenso à acta.

A Câmara, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou aprovar a celebração de protocolo de colaboração entre o Município da Covilhã e Associação de Desenvolvimento Local do Teixoso - Adeteixo, no âmbito da realização da 2.ª Festa do Caldo no Forno, a decorrer no dia 19 de Maio, com a comparticipação da Câmara Municipal no montante de 500,00 €.

d) Associação Desportiva da Estação – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Presente a proposta n.º 15/2013, datada de 25/01/2013, do Senhor Vereador Paulo Rosa, submetendo à aprovação a celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Desportiva da Estação, considerando o interesse municipal de natureza social, cultural, recreativo e actividade desportiva desenvolvida pela colectividade, nomeadamente com o objectivo de execução de um plano de actividades com vista à difusão e fomento da prática desportiva no Concelho, atribuindo a Câmara Municipal um apoio financeiro mensal no valor de 4.500,00 €, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013, documento apenso à acta.

A Câmara, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou celebrar com a Associação Desportiva da Estação um contrato-programa de desenvolvimento desportivo para a execução de um plano de actividades com vista à difusão e fomento da prática desportiva no Concelho da Covilhã, atribuindo a Câmara Municipal um subsídio mensal no valor de 4.500,00 €, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013.

I - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Câmara apresentou cumprimentos ao Senhor Presidente da Junta, autarcas da freguesia de Tortosendo, técnicos e comunicação social, saudando a população que assistiu à reunião, e agradeceu a recepção da Câmara Municipal nesta sala do Unidos Futebol Clube do Tortosendo para a realização de uma reunião pública do Executivo Municipal que para além dos assuntos sobre os quais é necessário tomar decisões colectivas, tem também por objectivo a auscultação das populações e seus problemas, e mostrar como se processa o trabalho da Câmara Municipal.

Seguidamente deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo que desejou as boas vindas ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, e apresentou cumprimentos aos técnicos, comunicação social e população presente.

Disse que é sempre um orgulho receber a Câmara na vila de Tortosendo, provavelmente a última reunião deste género que iria assistir em paralelo com o Senhor Presidente da Câmara de quem se orgulhava ter acompanhado nos últimos 20 anos, e da visão global de ambos no que respeita ao concelho e à região e uma visão particular em relação ao Tortosendo, cuja acção foi determinante para o seu desenvolvimento e crescimento, destacando entre muitas realizações levadas a efeito na freguesia, algumas que considerou mais marcantes e emblemáticas, designadamente o Parque de São Miguel, uma obra que era um sonho dos tortosendenses que muitos sonharam e não a puderam ver concretizada; o Parque Industrial do Tortosendo, obra de grande relevância até pelos tempos que decorrem da falta de emprego e que permite que as taxas de desemprego não sejam o que são na generalidade do País; o Infantário e o Jardim de Infância equipamentos de grande referência na freguesia; o Parque de Campismo da Ponta de Pedrinha construído no local considerado o ex-libris das Comemorações do 1.º de Maio; o impulso que foi dado à habitação social, marco importante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que hoje têm uma casa digna desse nome; da via estruturante – o eixo TCT- que liga o Concelho de norte a sul e que apesar do trânsito existente resolveu grande parte do problema das acessibilidades do concelho, colocando o Tortosendo numa situação privilegiada, a 5 minutos dos principais destinos, equipamentos colectivos e necessidades das populações e os arranjos urbanísticos da Vila que apesar de necessitarem presentemente alguma manutenção, constituíram uma mais-valia para a população.

Mencionou depois várias situações prementes que necessitam intervenção, designadamente o acesso e ruas do Casal da Serra, a rua dos Loureiros, o bairro dos Maiorais, a zona da Estremilda e Pedracha, que apesar de pontualmente intervencionados constituem problemas que urge resolver; que a grande quantidade de caminhos agrícolas e rurais que servem o Tortosendo constituem uma preocupação enorme para a Junta Freguesia e que face às recentes intempéries, está-se na altura de fazerem-se reparações desses caminhos e melhorar as acessibilidades daqueles que hoje têm grande dificuldade em chegarem às suas casas; do cruzamento do eixo - TCT junto ao acesso à zona dos Unidos que necessita de algumas alterações face à perigosidade que ali se verifica e necessita a colocação de sinalização de trânsito automática (semáforos, lombas ou outra solução) para evitar-se acidentes como os que já aconteceram, alguns com perda de vidas.

Referiu também a necessidade de remodelação da actual sede da Junta cujo dossier foi já entregue à Câmara Municipal e poderá ser facilitada, uma vez que o edifício dos CTT que a Junta deseja manter aberto por força do encerramento destes postos em vários pontos do País, poderá de servir de alternativa à própria sede da Junta, dada a sua centralidade e bem melhor localizado que aquele onde hoje se encontra actualmente instalada a Junta de Freguesia e de mais fácil acesso à população mais idosa.

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

Chamou ainda a atenção para a necessidade de continuar a apoiar-se o associativismo, designadamente o Unidos associação onde decorre esta reunião, um símbolo da democracia e do espírito do 25 de Abril.

Por último, disse esperar que apesar das dificuldades e da tendência para o seu agravamento, seja dada continuidade à pesada herança do imenso trabalho feito, com pessoas empenhadas, dedicadas e capazes de resolver essas mesmas dificuldades, com sentido de responsabilidade de ajudar e servir as pessoas.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, agradeceu as palavras que pessoalmente lhe foram dirigidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, enaltecendo os créditos não só como Presidente da Junta de Freguesia, mas também na vida municipal que decorreu nos últimos anos em que houve de facto uma conjugação de esforços e uma perspectiva global sobre o Concelho e da sua afirmação no contexto regional e nacional, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, em cujo órgão houve consonância com o trabalho do Executivo atento os interesses em causa. Continuando disse que a freguesia de Tortosendo, apesar de poder afirmar-se não esteja na plenitude e de considerar-se tudo na excelência, muitas infra-estruturas foram lançadas, o que sem embargo daquilo que ainda falta fazer, o resultado será sempre positivo, embora sempre um projecto local nunca acabado.

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Vereadores.

O Senhor Vereador Victor Pereira após cumprimentar a Câmara, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Dr. Carlos Abreu, o público e todos quantos estavam presentes na sala, disse ser com imenso prazer que estava na Vila de Tortosendo, vila com todo o simbolismo do trabalho e vida democrática, de combate democrático de antes e depois do 25 de Abril; que o Unidos em cuja sede decorria a reunião é bem testemunho disso e cumprimentava o Presidente da Direcção do Unidos do Tortosendo anfitrião desta associação e seus associados que tanto significado tem para o concelho da Covilhã.

Referindo-se às obras mais emblemáticas e mais marcantes para a freguesia e transversais ao desenvolvimento concelhio salientadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, disse que as obras ou se criticam ou se aplaudem e não se devem agradecer a quem as faz, sendo essa função dos autarcas que é para isso para que são eleitos; que a presença da Câmara em reunião pública tem como objectivo também auscultar as opiniões e os problemas das pessoas neste período destinado à intervenção do público.

A Senhora Vereadora Graça Sardinha cumprimentou os presentes e dirigiu uma saudação a todos os tortosendenses, referindo que os habitantes desta terra não são habitantes comuns quando se fala de alfabetização; que esta terra sempre foi uma terra de cultura; que mesmo não sujeita à escolarização formal foi uma terra em que demonstraram que eram diferentes dos habitantes do resto de Portugal, no qual o Unidos teve um papel interventivo na sua formação, sendo comum um tortosendense apenas com a 4ª. classe escrever e publicar livros e daí a diferença desta terra em relação às restantes.

Concluiu referindo que no momento de viragem, de crise e de tristeza, esperar que este povo independentemente da sua cor partidária saiba escolher o rumo certo para que o Tortosendo volte à pujança que já teve.

O Senhor Presidente antes de dar a palavra aos munícipes presentes, disse não poder deixar de aproveitar a oportunidade para lembrar, nesta sala, três pessoas: o projectista deste edifício onde decorre a reunião, que quando se referia a esta casa fazia-o sempre com um grau de emoção.

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

Trata-se do Sr. Eng^o. Santos Taborda pessoa que com quem tive a honra de trabalhar na Câmara, um grande democrata de sempre, uma figura com uma elegância intelectual extraordinária que recorro com saudade, um dos impulsionadores quer da construção quer das diligências para encontrar os meios necessários para aquilo que era e é ainda uma estrutura única no nosso concelho, onde não havia pavilhões e sedes associativas com esta dimensão.

A segunda pessoa: Carlos Quelhas Calado que na tradução do espírito tortosendense, foi um homem sem medo, de grande dom de palavra que estava à frente do seu tempo, e que sendo de origens humildes nunca deixou de ter uma percepção de uma sociedade avançada, progressista como de hoje pouco se fala e que do ponto de vista pessoal era uma pessoa tocante e traduzia o sentir e o espírito tortosendense, capaz de corporizar comunidades, espaços e territórios.

Por último, José Ribeiro pessoa também bem conhecida de todos, pela importância que teve na formação e engrandecimento das pessoas desta terra, que queria aqui recordar com muita saudade, e que ao falar destes três nomes da vida marcante do Tortosendo, como haveria seguramente muitos outros, operários, empresários e outras personalidades, não podia deixar de os mencionar nesta sala do Unidos do Tortosendo, como um exemplo para aqueles que continuam a assumir responsabilidades e as dinâmicas da sociedade num quadro nacional que é difícil.

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao público presente na reunião, tendo intervindo, pela ordem de inscrição, os seguintes cidadãos:

João Lopes – Referiu o caminho que vai da zona da Estremilda até à estação do caminho-de-ferro, um percurso com cerca de 1300 metros que espera há cerca de uma década pelo alcatroamento daquele acesso, alvo de várias reparações e que inclusivamente, por uma vez, esteve preparado para levar alcatrão com as máquinas prontas no terreno e que estranhamente abandonaram o local sem explicação, provavelmente para irem para outro local; que a pavimentação do caminho foi pedida por muitos moradores em abaixo-assinado e continua-se à espera.

Chamou depois a atenção para a situação do cruzamento desse caminho com o eixo TCT cuja perigosidade havia sido já referida pelo Dr. Carlos Abreu e que deve merecer a preocupação da Câmara Municipal, questionando por último sobre a posição da Câmara relativamente aos Mega Agrupamentos de Escolas.

Carlos Ferreira - Referiu que as carreiras dos transportes colectivos urbanos não fazem a ligação directa entre a freguesia do Tortosendo e o Hospital, existindo uma desigualdade de tratamento comparada com outras situações que se conhecem.

Joaquim de Almeida – Referiu vir uma vez mais pedir a intervenção da Câmara para um problema já conhecido que tem a ver com o acesso à sua propriedade, o qual se acha impedido pela colocação de pedras por pessoa particular dona dos terrenos envolventes, isto na freguesia de Cantar Galo.

Jaime Ramos - Referiu a necessidade de pavimentação de um caminho de acesso à sua habitação, caminho cuja electrificação participou com os restantes proprietários confinantes, no tempo de Quelhas Calado.

Raul Sardinha – Referiu a existência um caminho no sítio dos Maiorais, onde reside, questionando se o referido caminho, onde já andou uma máquina niveladora vai ficar assim ou ser pavimentado.

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

Artur Meireles - Agradeceu a colaboração da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia para conclusão das obras na sede da Sport Tortosendo e Benfica, que irão ser inauguradas brevemente, e que na qualidade de Presidente da Direcção fazia um agradecimento profundo e sincero particularmente ao Sr. Presidente Carlos Pinto, Dr. Carlos Abreu e Dr. David Silva pelo esforço e dedicação e todo o trabalho que fizeram em prol da colectividade sem a qual hoje continuaria a chover lá dentro, sem portas, a caminho da degradação do que havia sido já feito pelo empreiteiro que entretanto faliu e abandonou irresponsavelmente os trabalhos.

Referiu também conhecer todos os caminhos vicinais que antes eram conservados pelos proprietários e utentes e que infelizmente, hoje, por falta de uso, alguns desses caminhos estarão a ser apropriados por particulares, inclusivamente delimitados com gradeamentos e pedras, chamando a atenção para que os futuros responsáveis tenham estes factos em consideração.

Paulo Bicho, Presidente da Direcção do Unidos Futebol Clube do Tortosendo - Desejou as boas vindas à Câmara Municipal a quem felicitou por esta iniciativa, agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Junta o apoio à colectividade nos 4 em que esteve à frente dos destinos do Unidos, em particular o último protocolo que irá permitir a recuperação da cobertura da sede.

Referiu que o Unidos Futebol do Tortosendo tem 186 atletas dos 8 aos 22 anos a praticar basquetebol e que na presente época já passaram pelo clube cerca de 9.400 atletas de várias modalidades desportivas, e que por isso mesmo é um clube que merece todo o apoio.

No fim ofereceu aos eleitos um cachecol com as cores da colectividade, uma lembrança que disse simbolizar o que tem sido feito por este clube.

João Alves – Referiu que no sítio das Courelas onde reside há cerca de dois anos e vivem actualmente cerca de 60 pessoas, existem candeeiros de iluminação pública colocados pelo empreiteiro e não ligados à rede pública pelo que solicitava a atenção da Câmara para a resolução do problema, uma vez que não há condições de segurança à noite tanto para os moradores como por quem passa naquela zona.

Artur Miguel – Referiu ter apresentado na Assembleia de Freguesia, por várias vezes, problemas que nunca foram resolvidos e se arrastam ao longo dos mandatos, designadamente o Jardim Público que tem os equipamentos partidos, o Cemitério que apresenta desleixo, a falta de denominação de ruas e particularmente a questão dos baldios da freguesia, em cujos terrenos encontra-se instalada um antena de telemóveis e o seu proprietário paga a renda à Casa Garrett.

Merícia Passos – Felicitou a presença da Câmara nesta localidade e agradeceu a prontidão com que as necessidades e preocupações da LAT, de que é Presidente, têm sido recebidas pela Câmara Municipal, como foi o caso das novas instalações da sede, espaço cedido pelo Município, muito mais confortável e mais digno que o anterior e os apoios que têm sido concedidos para as actividades da associação que publica regularmente o seu Boletim e tem um Orfeão que levam o Tortosendo a todo o lado; que a vila de Tortosendo tem um potencial enorme e merece todo o apoio, esperando que contar que no futuro os novos eleitos possam fazer mais pelo Tortosendo, embora tivesse a noção das dificuldades que as freguesias atravessam, particularmente as urbanas que querem fazer sempre mais e lutam com dificuldades financeiras.

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

Marco Nunes – Saudou a presença do Executivo Municipal nesta freguesia e agradeceu publicamente todo o empenho da Câmara Municipal da Covilhã juntamente com a Junta de Freguesia para o que já hoje começa a tornar-se uma realidade que é a construção da nova sede dos Pinhos Mansos, um sonho conseguido ao fim de tantos anos a bater na mesma tecla mas que finalmente está prestes a acontecer e com isso engrandecer não só a colectividade a cujos destinos preside, como o próprio Bairro dos Pinhos Mansos, a freguesia e o concelho.

Manuel Quinteiro Gomes – Referiu que dentro das necessidades que esta freguesia tem as acessibilidades são a grande carência, dando como exemplo a falta de passeios na estrada que liga a vila ao Parque Industrial e não existir estrada alternativa que a ser construída não seria assim tão dispendiosa, a falta de um acesso orientado para a Sr.^a dos Remédios e uma ligação dos Maiores ao Parque das Merendas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a questão de fundo patente das intervenções eram os asfaltamentos e acessibilidades, o que constituía uma boa demanda para aqueles que julgam que está tudo feito em termos de asfalto, sendo esta uma matéria que durante muitos anos a Câmara fora acusada de ter uma política do asfalto, inclusivamente de partidos de esquerda que diziam que não se fazia mais nada que não fosse asfalto, mas que a final, por aquilo que se disse era necessário ainda mais. Que, desde há muito, tal tipo de intervenção havia sido canalizado para as brigadas da Câmara e limitada a alguns meses do ano; que dos casos que aqui foram trazidos, designadamente da zona do caminho-de-ferro como da zona do Parque Industrial, a Câmara tem procurado manter esses caminhos utilizáveis e transitáveis e que o ideal seria que os caminhos rurais fossem todos asfaltados. Simplesmente, disse “esse problema tem sido descurado em todo o País, os programas de apoio à agricultura e espaços rurais não têm atribuído a importância que nesse aspecto deviam ter. Cuidou-se do aspecto da electrificação rural e ainda bem, mas quanto à rede viária nada avançou. A Câmara candidatou-se a um investimento de cerca de 10 milhões de euros para caminhos agrícolas e rurais onde se incluíam estes caminhos e nem um euro foi aprovado. Portanto o trabalho que tem sido feito é um trabalho paulatino de manutenção desses caminhos. Conto ainda neste mandato, dentro de uma hierarquia de prioridades a este propósito, abrir um concurso público para a sua pavimentação, de caminhos públicos, alguns já com uma boa base de tout-venant em que apenas é necessário uma camada de asfalto que os torne mais facilmente transitáveis. Portanto há aqui várias situações referidas que eu englobava nesta resposta conjunta que a Câmara conhece, que a Junta de Freguesia permanentemente leva à Câmara a este propósito, mas como sabem a manta nem sempre cobre o corpo todo, como tem sido o caso de nos últimos tempos em que temos de acorrer a apoios sociais a estratos da sociedade em dificuldades e, por isso mesmo, muito asfalto ficar por fazer. Governar é optar, ver em cada momento o que se torna mais urgente fazer e muitas as vezes acudir a famílias em desespero e fazer asfalto não restam dúvidas qual é a opção.

Sobre os Mega agrupamentos informou que a posição da Câmara é pública, claramente contra a alteração dos agrupamentos existentes e transmitida de viva voz aos responsáveis, tudo tendo sido feito para que nada fosse conduzido ao desenlace que teve. Que a Câmara não outro poder nesta matéria que não seja o de oposição sobre esta matéria que o governo decidiu, na sua opinião, mal, tendo tomado as decisões que depois se verá os custos.

Quanto à questão dos transportes disse que sempre que há situações localizadas tem sido solicitada a atenção da COVIBUS, com quem a Câmara analisa os casos como aquele que aqui foi trazido de percursos que não foram incluídos na concessão e que depois terão de ser objecto de negociação caso a caso, e que às vezes a própria empresa não encontra rentabilidade. Que, apesar de tudo, o Município está hoje muito melhor em termos de transporte do que no passado

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

quer em termos de circuitos quer em termos de material circulante e da própria rede do serviço público de transportes colectivos, que tão contestada foi e tão objecto de críticas.

Referindo-se ao problema colocado pelo senhor Joaquim Almeida que trouxe este caso à reunião pela segunda ou terceira vez, disse que por muito que compreendesse a situação, que tem a ver com uma propriedade privada, não podia fazer muito mais, dado que havia já falado com o proprietário, o Sr. Brito, a quem havia já dito que não havia necessidade de fazer o que fez para tornar o terreno vendável, e nada justificar a situação que existe; que o que poderia adiantar é que o proprietário voltará a ser contactado, uma vez que já decorreram 3 a 4 meses, não podendo obviamente prometer nada.

Quanto à questão da iluminação pública suscitada pelo Sr. João Alves, na zona das Courelas, o Senhor Presidente deu indicações ao Sr. Eng.º Leopoldo Santos para verificar a situação de modo a satisfazer o pedido das 60 pessoas que ali estão a viver, e quanto à limpeza dos arbustos, informou que o problema poderá ser resolvido pela Junta de Freguesia através de protocolo ou a própria Câmara.

Sobre a inexistência de passeios na estrada para o Parque Industrial, o Senhor Presidente da Câmara disse que o ideal seria que todas as estradas tivessem este complemento, mas que, independentemente dos muitos quilómetros de passeios que foram feitos, nem tudo ser possível fazer-se.

Quanto à matéria dos Baldios disse deixar o assunto à consideração dos responsáveis da Junta de Freguesia enquanto gestora desses espaços. Quanto ao Jardim Público disse que a Câmara estaria disponível para em conjunto com a Junta promoverem a melhoria daquele espaço.

Sobre as casas em ruína disse que são em primeiro lugar da responsabilidade dos proprietários, sendo que a Câmara tem a responsabilidade de chamar a atenção dos proprietários para o dever da reparação e manutenção desse património e a salvaguarda da integridade física das pessoas e bens. Que este tipo de situações constitui um caso muito delicado face à evocação, muitas vezes, de dificuldades, falta de recursos, baixo rendimento de rendas que não dá para as reparar.

Quanto às questões abordadas pela senhora Dr.ª. Merícia Passos disse agradecer também sobretudo pelo que tem sido feito pela LAT ao nível da sua actividade cultural, da produção e edição do próprio Boletim, trabalho de grande profundidade cultural e uma marca da própria vila, que justifica a diligência que a Câmara tem vindo a exercer como parceira desta instituição que é muito importante para o concelho e que brevemente será objecto de melhor análise por parte da Câmara para eventual apoio.

Referiu, depois, a propósito do associativismo a necessidade de em tempos de crise se unirem esforços para com um certo grau de humildade, responsabilidade e empenho dos dirigentes e dos responsáveis autárquicos, se dinamizarem as acções mais prioritárias, que devem ser analisadas caso a caso.

Comprometeu-se também a analisar conjuntamente com a Junta de Freguesia as situações trazidas a reunião, designadamente limpeza de caminhos e corte de arbustos, e outras eventualmente prementes nesta época.

Relativamente à Avenida Montes Hermínios, de acesso ao Casal da Serra e Rua dos Loureiros, referiu que estas obras, a rondarem os 500 mil euros, não são apenas de reparação dos respectivos pisos, implicando que estas vias sejam abertas e as respectivas infra-estruturas

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

enterradas de gás, saneamento, abastecimento de água, eléctricas ou de comunicações, sejam renovadas na sua totalidade, o que na actual conjuntura não é possível; que está o projecto feito e que muito provavelmente só com as verbas do próximo QREN é que eventualmente será possível avançar com obras deste montante, fazendo a Câmara, entretanto, a conservação destas vias.

Quanto ao cruzamento do Eixo TCT na zona da Estremilda, cuja acidentalidade de trânsito disse desconhecer, encarregou os serviços para que sejam instalados semáforos no local, tal como está a ser feito para a zona do INATEL.

Referiu que a renovação da sede da Junta é uma boa notícia podendo a Junta funcionar no edifício dos CTT e que a Câmara estava disponível para analisar os orçamentos com vista a protocolar o apoio para as obras necessárias.

ACTA DA REUNIÃO DE 03/05/2013

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 13,15 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 61.900,00 €.

O Presidente, _____

A Directora do Departamento de Administração Geral _____